

ENTENDIMENTO DE NOÇÕES ANTIRRACISTAS ATRAVÉS DO NEOCOLONIALISMO: METODOLOGIAS ATIVAS COM AUXÍLIO DE TECNOLOGIAS E O PIBID NA CONSTRUÇÃO DE UM LETRAMENTO RACIAL

UNDERSTANDING ANTI-RACIST CONCEPTS THROUGH NEOCOLONIALISM: ACTIVE METHODOLOGIES WITH THE AID OF TECHNOLOGIES AND THE PIBID PROGRAM IN THE CONSTRUCTION OF RACIAL LITERACY

Gustavo Aguiar Marcondes Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB/FERP)
gustavomarcondes@msn.com

Anália Corrêa Dias Cardoso Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB/FERP)
analiacorreacardoso@gmail.com

Carlos Eduardo Otogali Fagundes Centro Universitário Geraldo Di Biasi (UGB/FERP)
otogalicarloseduardo@gmail.com

Resumo


O presente trabalho discute os desafios do ensino de História da África na educação básica, destacando a persistência de abordagens eurocêntricas e a necessidade de construção de uma perspectiva crítica e plural. A pesquisa tem como objetivo promover a compreensão dos processos de Imperialismo e Neocolonialismo no século XIX, articulando-os à realidade contemporânea dos estudantes e à formação de uma consciência histórica crítica. Para isso, foi desenvolvida uma intervenção pedagógica com alunos do Ensino Médio, utilizando metodologias ativas e tecnologias digitais, especialmente o aplicativo *Google My Maps*, como ferramenta de mediação do conhecimento. A atividade foi realizada em duas etapas, envolvendo exposição teórica, pesquisa em grupo, produção de mapas digitais e debate coletivo. Os resultados indicaram maior engajamento dos estudantes, ampliação da compreensão sobre as relações de dominação colonial e reconhecimento das permanências dessas estruturas no mundo atual. Além disso, observou-se o desenvolvimento de competências digitais, senso crítico e maior sensibilidade em relação às questões raciais e sociais. Conclui-se que a integração entre tecnologias digitais e ensino de História, aliada a uma abordagem crítica e anti-eurocêntrica, contribui para a construção de uma educação mais significativa, colaborativa e comprometida com o enfrentamento do racismo estrutural.

Palavras-chave

Ensino de História. História da África. Imperialismo europeu. PIBID. Letramento racial.

Abstract

This paper discusses the challenges of teaching African history in basic education, highlighting the persistence of Eurocentric approaches and the need to build a critical and pluralistic perspective. The research aims to promote an understanding of the processes of Imperialism and Neocolonialism in the 19th century, linking them to the contemporary reality of students and the formation of a critical historical consciousness. To this end, a pedagogical intervention was developed with high school students, using active methodologies and digital technologies, especially the *Google My Maps* application, as a tool for mediating knowledge. The activity was carried out in two stages, involving theoretical exposition, group research, production of digital maps, and collective debate. The results indicated greater student engagement, a broader understanding of colonial domination relations, and recognition of the persistence of these structures in the present world. Furthermore, the development of digital skills, critical thinking, and greater sensitivity to racial and social issues was observed. It is concluded that the integration of digital technologies and history teaching, combined with a critical

	and anti-Eurocentric approach, contributes to building a more meaningful, collaborative education committed to confronting structural racism.	
Keywords	Teaching History. History of Africa. European Imperialism. PIBID. Racial Literacy.	
	 Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/	Aprovado em 15/02/2026 Publicado em 30/04/2026

1 INTRODUÇÃO

São vários os desafios para o ensino de História da África em sala de aula, desde a escassez de materiais didáticos, passando pelo pouco conhecimento prévio dos estudantes, até a formação de professores em seus cursos de licenciatura, nos quais o tema é pouco explorado. Mesmo quando a temática da história africana é abordada nos cursos superiores, ainda pode ocorrer que a perspectiva adotada assuma um perfil ocidental, apresentando o continente africano como uma região naturalmente pobre e atrasada. Isso significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um “olhar imperial” sobre o universo. Nessa ótica, o que se escreve sobre a África contém equívocos, pré-noções e preconceitos (Hernandez, 2008).

Estudar, pesquisar, investigar, compartilhar... Uma história pode ser contada de várias formas, pode assumir diversas versões e pode também ser deliberadamente esquecida, se assim convir. Quem escreve e quem conta a História dos povos africanos e sua relação com a História do Brasil? Nada do que ficou oculto no passado o foi inocentemente. A escolha do que é contado e como é contado é fruto de operações políticas e culturais. São os historiadores que colocam em evidência determinado evento ou escondem outros tantos acontecimentos.

Pensando nisso, bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) desenvolveram uma proposta de intervenção pedagógica que foi executada em sala de aula para estudantes do segundo ano do ensino médio do Colégio Estadual Rio Grande do Norte no município de Volta Redonda – RJ. O PIBID configura-se como uma importante política pública voltada à formação inicial de professores, promovendo a articulação entre teoria e prática no contexto escolar. Vinculado às instituições de ensino superior e às escolas da educação básica, o Programa possibilita que licenciandos vivenciem o cotidiano escolar desde os primeiros períodos da graduação, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, reflexivas e contextualizadas. De acordo com o currículo mínimo, que previa a abordagem de conteúdos relacionados ao Imperialismo no século XIX, foram trabalhadas as seguintes habilidades e competências: discutir o conceito de Imperialismo; reconhecer o impacto da política imperialista no continente africano; correlacionar as manifestações ideológicas do Imperialismo e suas implicações para os dias atuais.

Os graduandos do curso de História do UGB, atentos às tecnologias que possibilitam novas práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem, planejaram uma aula com o tema “Quem explorou quem?”, em que buscaram promover a compreensão crítica sobre o processo de colonização do continente africano, articulando o conteúdo histórico com o uso de tecnologias digitais como ferramentas de mediação do conhecimento. Na sociedade globalizada, marcada pela crescente circulação de informações a partir dos meios tecnológicos digitais, é possível que professores e alunos combinem diferentes métodos de ensino-aprendizagem com mediação das tecnologias digitais. Essas novas possibilidades de salas de aula e das práticas didático-pedagógicas fazem com que professores e alunos trabalhem em conjunto, de forma colaborativa, para a construção do conhecimento.

O esforço dos futuros professores de História pretendeu cumprir objetivos que fossem além da mera transmissão de conteúdo, de forma que os estudantes do ensino médio participassem ativamente na pesquisa e elaboração de uma crítica com o propósito de compreender conceitos sociopolíticos e reconhecer sua importância na análise de fatos e fenômenos históricos. Além disso, coube-lhes interpretar acontecimentos, conferindo-lhes sentido e caráter histórico, observando sua evolução e suas conexões com outros eventos do passado. Buscou-se também enfrentar os desafios das aulas expositivas tradicionais, propondo estratégias que tornassem o aprendizado mais participativo e significativo para os estudantes. Nesse contexto, pretendeu-se aproximar os conceitos de Imperialismo e Neocolonialismo do século XIX da realidade dos alunos do Ensino Médio, utilizando o aplicativo *Google My Maps* como ferramenta digital de apoio ao ensino, promovendo a leitura crítica e espacial do mundo contemporâneo.

Além disso, o trabalho propõe o uso de mapas como instrumento para favorecer a compreensão geopolítica e histórica das relações de dominação entre potências europeias e territórios africanos, transmitindo a perspectiva africana sobre a partilha e a conquista do continente, evitando a reprodução de representações eurocêntricas. Por fim, buscou-se relacionar os eventos do Neocolonialismo à construção de uma “universalidade europeia” que, assentada no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados, contribuiu para reforçar o racismo estrutural.

2 ETAPAS DA ATIVIDADE

A intervenção pedagógica planejada pelos bolsistas do PIBID foi aplicada em dois dias. O tema central da atividade “Quem explorou quem?” buscou promover a compreensão crítica sobre o processo de colonização do continente africano, articulando o conteúdo histórico com o uso de tecnologias digitais como ferramenta de mediação do conhecimento.

No primeiro dia, realizou-se uma aula expositiva sobre o Imperialismo e a partilha da África, destacando os principais países europeus envolvidos e as consequências políticas, econômicas

e sociais da dominação colonial. Em seguida, os estudantes foram divididos em grupos e orientados a escolher um país africano colonizado para aprofundar a pesquisa. Utilizando o aplicativo *Google My Maps*, cada grupo marcou o território do país selecionado, identificou a potência colonizadora, registrou as principais consequências da exploração e inseriu imagens relacionadas. As produções foram salvas e compartilhadas com a turma.

O segundo dia foi destinado à apresentação dos mapas e das pesquisas de cada grupo, seguida de um debate coletivo mediado pelo professor. Nesse momento, foram discutidas as heranças do colonialismo e suas permanências na contemporaneidade, incentivando a análise crítica e o diálogo entre os alunos. O docente atuou como mediador do processo, auxiliando na construção coletiva do conhecimento e na integração entre saber histórico e competência digital.

Os materiais utilizados incluíram computadores, tablets e celulares com acesso à internet, além de uma televisão para a apresentação das produções. A avaliação ocorreu de forma qualitativa, considerando a participação ativa dos alunos, a coerência das informações pesquisadas, o uso adequado das ferramentas digitais e a clareza das apresentações orais.

A partir do desenvolvimento da atividade, se apresentou uma análise crítica sobre o Imperialismo e países colonizados. A história do continente africano e suas demarcações arbitrárias foram as fundamentações teóricas que serviram de suporte para a problematização da aula, instigando os estudantes a refletirem sobre as relações de poder, exploração e dependência que estruturaram o mundo moderno.

Em primeira análise, foram expostos tópicos e caminhos a serem trilhados a partir da pesquisa produzida pelos discentes. Em segunda análise, os alunos foram organizados em grupos e orientados a utilizar o aplicativo *Google My Maps* para desenvolver uma representação visual das colonizações africanas. Cada grupo escolheu um país do continente, identificando o colonizador europeu, as principais consequências econômicas e sociais da dominação, e selecionando imagens que ilustrassem o processo histórico estudado. Essa prática digital possibilitou uma leitura transdisciplinar, levando à crítica do tema, rompendo com o ensino tradicional baseado apenas em textos e mapas impressos.

Durante as apresentações, foi nítido o engajamento dos alunos com a atividade e a busca por conhecer e entender o novo. Assim, eles obtiveram uma nova compreensão e perspectiva em relação aos países abordados. Os discentes conseguiram entender porque muitos países do continente africano são subdesenvolvidos e a razão pela qual havia tantas pessoas da mesma etnia lutando entre si no século XX. Houve a compreensão de que muitos problemas do continente abordado estão totalmente ligados à destruição que o Neocolonialismo causou. Com o *Google My Maps*, os alunos conseguiram visualizar o contexto geopolítico e entender o interesse dos europeus em explorar cada país e suas fontes de riqueza. A atividade permitiu que os alunos obtivessem conhecimento e

sensibilidade em relação às questões sociais e à perspectiva do povo explorado.

No ensino das disciplinas da área do conhecimento das Ciências Humanas, os recursos digitais estão cada vez mais presentes na elaboração e aplicação de metodologias ativas. No entanto, é preciso estar atento às formas de aplicabilidade de aulas nesse sentido, pois a atuação do professor e do aluno muda totalmente. O docente deixa de ser um mero transmissor de informações e passa a ser um mediador de caminhos educativos que atendam às demandas e dificuldades de aprendizagem do aluno. O papel do professor é mais o de curador e de orientador. Curador, que escolhe o que é relevante entre tanta informação disponível e auxilia os alunos a encontrarem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis (MORÁN, 2015). Cabe ao aluno assumir a responsabilidade por sua aprendizagem, sugerindo, perguntando, pesquisando e colaborando para a construção coletiva do saber.

É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições com as quais aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes (FREIRE, 2011).

3 UMA PONTE PARA COMPREENDER O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

A intervenção pedagógica aplicada com o auxílio de tecnologias digitais abriu a possibilidade para ampliar novos entendimentos acerca da História do Brasil e das populações negras. O que existe de africano no Brasil? Quem conta essa História e de qual lugar ela é contada? Se somos resultado da mistura de indígenas, africanos e portugueses, temos de conhecer melhor o que esses antepassados nos deixaram como herança.

Como todos sabem, e confirmam ao olhar para as pessoas que formam o povo brasileiro, os negros africanos deram uma contribuição muito importante para o Brasil ser o que é hoje. Depois de uma dura travessia pelo oceano Atlântico, foram obrigados a mudar sua maneira de viver, adaptando seus costumes e suas tradições ao novo ambiente. Misturando-se aos povos que aqui encontraram, esses negros deram origem à mestiçagem, processo que amorenou nossa pele, alongou nossa silhueta, encrespou nossos cabelos e nos conferiu a originalidade que marca a sociedade brasileira. Quando nossos antepassados incorporaram elementos africanos ao seu dia a dia nas lavouras, nos engenhos de açúcar, nas minas e nas cidades, construíram uma nova identidade e nos legaram o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira. A herança africana emprestaria à cultura brasileira, no plano ideológico, uma singular fisionomia cultural (RIBEIRO, 2015).

Abordar conteúdos que trazem para a sala de aula a história da África e do Brasil africano é cumprir alguns dos objetivos da Lei nº 10.639/2003. Levar à reflexão sobre a discriminação racial,

valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância. E também a oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular a população negra, afro-brasileira ou afrodescendente. Discutir esse tema com alunos da educação básica é o primeiro passo no caminho da reconstrução de uma face do passado que ainda precisa ser entendida.

A intervenção pedagógica aplicada com o auxílio de tecnologias digitais abriu a possibilidade de ampliar novos entendimentos acerca da História do Brasil e das populações negras. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o papel da legislação educacional na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial.

A discussão acerca da inclusão da história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar encontra apoio na Lei nº 10.639/2003, que representa um marco na consolidação de uma educação voltada para as relações étnico-raciais no Brasil. Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a legislação tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, abrangendo tanto escolas públicas, quanto privadas. A referida lei tem como objetivo central promover a valorização da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que busca enfrentar o racismo estrutural por meio da educação. Nesse sentido, propõe uma reconfiguração do currículo escolar, historicamente marcado por uma perspectiva eurocêntrica, incorporando conteúdos que abordam a história da África, a luta da população negra e a constituição da cultura afro-brasileira. De acordo com Kabengele Munanga (2005), o reconhecimento da diversidade cultural e histórica é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, sendo a educação um dos principais instrumentos nesse processo.

A criação da Lei nº 10.639/2003 deve ser compreendida a partir de um contexto histórico de exclusão da população negra, intensificado após a Abolição da Escravatura no Brasil, quando não foram implementadas políticas públicas capazes de garantir a introdução social dos indivíduos libertos. Ao longo do século XX, o Movimento Negro no Brasil desempenhou papel fundamental na luta por reconhecimento e igualdade, reivindicando, entre outras pautas, a reformulação do ensino de História. No plano internacional, a Conferência de Durban reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais, influenciando diretamente a publicação da mencionada lei em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No âmbito da educação, a Lei nº 10.639/2003 constitui um instrumento essencial para a promoção de uma educação antirracista, uma vez que contribui para a desconstrução de estereótipos historicamente construídos sobre a população negra. Conforme aponta Nilma Lino Gomes (2012), a implementação de políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais possibilita a construção de identidades positivas e o fortalecimento do respeito à diversidade.

Além disso, a abordagem do Imperialismo em sala de aula amplia essa discussão ao possibilitar a compreensão das origens históricas do racismo. O estudo da expansão imperialista europeia no século XIX evidencia que a dominação sobre territórios africanos e asiáticos foi sustentada por teorias raciais que classificavam os povos em hierarquias, legitimando a exploração econômica e a violência colonial. Dessa forma, o racismo deve ser compreendido como uma construção histórica vinculada aos processos de colonização e dominação, e não como um fenômeno isolado ou contemporâneo.

No caso brasileiro, tais estruturas se manifestam desde o período colonial e permanecem mesmo após a abolição, refletindo-se nas desigualdades sociais e raciais ainda presentes na sociedade.

Nesse sentido, o ensino articulado entre Imperialismo e História do Brasil contribui para o desenvolvimento do letramento racial, entendido como a capacidade de reconhecer, interpretar e questionar as dinâmicas de poder baseadas na raça.

A Lei nº 10.639/2003, nesse contexto, possibilita a ressignificação desses conteúdos, transformando o ensino de temas como o Imperialismo em uma ferramenta de compreensão crítica da realidade social brasileira. De acordo com Kabengele Munanga (2005), a educação deve atuar na desconstrução de visões racistas historicamente construídas, enquanto Nilma Lino Gomes (2012) destaca que o letramento racial é fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Entretanto, apesar de seus avanços, a efetivação da Lei nº 10.639/2003 ainda enfrenta desafios significativos, como a insuficiente formação docente, a escassez de materiais didáticos e a aplicação desigual da legislação. Tais limitações evidenciam que a consolidação de uma educação antirracista exige não apenas dispositivos legais, mas também mudanças estruturais nas práticas pedagógicas. Dessa forma, ao articular o ensino do Imperialismo com a História do Brasil e com as diretrizes da Lei nº 10.639/2003, a prática pedagógica contribui para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento do racismo estrutural.

4 ENSINO SOBRE O IMPERIALISMO E A SUA INFLUÊNCIA

Imperialismo é um assunto que apresenta certa complexidade para ser trabalhado em sala de aula. Apesar dos desafios que o tema apresenta, a atividade proposta foi capaz de demonstrar as consequências econômicas, sociais e culturais causadas pelo colonizador, como o apagamento de línguas, roupas e a invisibilização dos africanos na História fora do perfil de colonizado. Ideologicamente, o Neocolonialismo assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento (ALMEIDA, 2019).

A atividade demonstrou que as fronteiras africanas foram decididas artificialmente, em acordos entre países europeus, notadamente na Conferência de Berlin, em 1885, ignorando qualquer

valor histórico ou social nessa decisão, o que gerou conflitos que perduram até os dias de hoje, como é o caso do conflito que envolveu a divisão do Sudão em 2011. Pode-se afirmar que a posição de inferioridade atribuída ao continente africano é resultado de uma posição arbitrária de superioridade assumida pela sociedade ocidental, que nasceu com o tráfico negreiro no século XV, mas ganhou força com os movimentos nacionalistas europeus e imperialistas no século XIX, através da ideologia da “missão civilizatória”. Tais assuntos precisam ser esclarecidos e abordados em sala de aula, a fim de que ocorra uma ruptura com a forma tradicional de ensino (anterior à Lei nº 10.639/2003).

O currículo escolar de matriz eurocêntrica, que prevalecia e ainda possui influência nas escolas, ignora os pontos previamente citados, legitimando visões empobrecidas e unilaterais sobre sociedades que se localizam fora do mediterrâneo, o que se aplica não só à África, mas também à Ásia e aos povos originários das Américas. Nesse sentido, observa-se que a presença da História da África nos Currículos e nos livros escolares brasileiros, até meados dos anos 1990, pode ser considerada insignificante, já que o continente africano aparecia sempre retratado de forma secundária, associado ao périplo marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravizados e aos processos históricos do Imperialismo, Colonialismo e das Independências na África (OLIVA, 2009).

É importante citar que a compreensão do imperialismo não é necessária somente para fins conceituais, mas também para compreensão do mundo moderno. O Brasil está localizado no sul global, de modo que o Imperialismo ainda é uma realidade que o país precisa enfrentar. Exemplo disso é a questão envolvendo a Amazônia em 1848 (CERVO e BUENO, 2012) e, posteriormente, o golpe militar de 1964 (FAUSTO, 2024), dois eventos que ocorreram por influência direta do Imperialismo no Brasil. Para avançarmos como sociedade, precisamos entender essas influências, como essas forças atuam e o que elas pretendem, temas que puderam ser abordados por meio da atividade desenvolvida em sala de aula.

Por fim, é importante ter em mente que o capitalismo se transformou em um sistema mundial de opressão colonial e de estrangulamento financeiro da esmagadora maioria da população mundial, como é o caso do continente africano, por um punhado de países “avançados” (LENIN, 1916). Para Lenin, o capitalismo tardio e o Imperialismo vivem em simbiose, quase inseparáveis como conceitos, legitimando a exploração de países periféricos para o capital em forma de mão de obra barata.

5 CONCLUSÕES E EXPECTATIVAS

Pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido com o auxílio do aplicativo *Google My Maps* foi bem sucedido ao garantir o uso das tecnologias disponíveis no colégio, como é possível visualizar nas imagens a seguir, e ao envolver satisfatoriamente os discentes que, a partir da divisão em grupos, tentaram entender a situação da África. No fim todos saíram com uma compreensão mais ampliada e profunda sobre o continente, o que dificilmente seria alcançado por meio de métodos tradicionais.

Isso porque, como os alunos se viram responsáveis por produzirem o conhecimento através de pesquisa, houve significativo empenho da turma para não cometer erros na hora da apresentação. Com as discussões sobre o imperialismo, os alunos conseguiram aprender não só o conceito, mas os efeitos reais desse fenômeno, e como ainda persistem no mundo contemporâneo.

Após a aplicação da metodologia, constatou-se maior conhecimento do continente africano por parte dos discentes, promovendo um rompimento com paradigmas preconceituosos disseminados pelo senso comum. Tal rompimento se mostra relevante, uma vez que, de acordo com Leila Leite Hernandez, a África não tem povo, não tem nem nação, nem estado e não tem passado, logo, não tem história (HERNANDEZ, 2005).

Nesse contexto, a atividade desenvolvida representou uma possibilidade de aprofundamento na história da África moderna e a compreensão de que não se trata de um ambiente homogêneo, e sim de um aglomerado de culturas e línguas distintas, com alianças e rivalidades que remontam a tempos muito anteriores à chegada dos Europeus, rompendo com a ideia tradicional de continente africano ensinada nas escolas até o ano de 2003.

Tal metodologia possibilitou, ainda, que os estudantes do ensino médio desenvolvessem uma percepção mais aprimorada sobre o racismo, concluindo que o ele é sempre estrutural, ou seja, o racismo é um elemento que integra a organização política da sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade (ALMEIDA, 2019).

ANEXOS



Alunos da turma 2002 apresentando o trabalho com a televisão da instituição. Colégio Rio Grande do Norte, 21/08/2025.



Alunos da turma 2004 pesquisando o trabalho utilizando o tablet da instituição. Colégio Rio Grande do Norte, 21/08/2025.



Apresentação da turma 2002. Colégio Rio Grande do Norte, 21/08/2025.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 2. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 17-18.

MORÁN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Estágio superior do capitalismo**. Boi Tempo, 2021

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras**. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). Brasília, Univesidade Federal de Brasília, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodovaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, Univesidade Federal de Brasília, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2024.